

NOTA DA ANDES:

As ADs das IES Federais Autárquicas reunidas no VII CONAD da ANDES, representando um setor do funcionalismo público federal, reforçam o indicativo da Comissão Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federais.

Conforme deliberação do 2º Congresso Nacional da ANDES, a campanha salarial dos professores das IES Federais Autárquicas em 1983 será desenvolvida em conjunto com todo o funcionalismo público federal. Neste sentido, a plenária de abertura do VII CONAD aprovou os seguintes pontos:

1. Todas as ADs devem promover entre os professores a discussão da greve dos servidores públicos federais iniciada em São Paulo e que já conta com a adesão dos Estados do RS, SC e PR.
2. As ADs devem procurar se integrar plenamente ao movimento dos servidores públicos federais em cada Estado, aderindo ou não à greve, conforme deliberação dos professores em Assembléias e de acordo com a decisão Estadual.
3. As ADs devem divulgar todas as informações sobre a campanha salarial dos servidores públicos federais para os professores, lembrando que esta é também a campanha salarial das IES Autárquicas.
4. As ADs devem convocar assembléias geral até o dia 10/06 para decidir sobre a participação dos professores no movimento geral dos servidores, levando em consideração as condições internas das Universidades e as condições de mobilização dos servidores públicos federais em cada Estado.
5. A ANDES declara assumir a posição das ADs que estão e que entrarem em greve por decisão de suas Assembléias.
6. A ANDES declara estar integrada ao movimento nacional dos servidores públicos federais, implementando as decisões da Comissão Nacional de Mobilização a partir de uma visão unitária do movimento. Respeitando as diferenciações em cada local, a ANDES participará de todas as gestões para ampliação do movimento, negociações com o governo e difusão de informações.
7. A ANDES entende que a campanha salarial dos servidores públicos federais se dirige contra a política econômica do governo. O arrocho salarial porque passam professores e servidores, o corte das verbas públicas para as Universidades, o aumento das prestações do BNH, a adulteração de

ENPC, as medidas recessivas impostas pelo FMI e acatadas com submissão pelo governo brasileiro, são exemplos claros de uma política econômica descompromissada com os interesses da maioria da população.